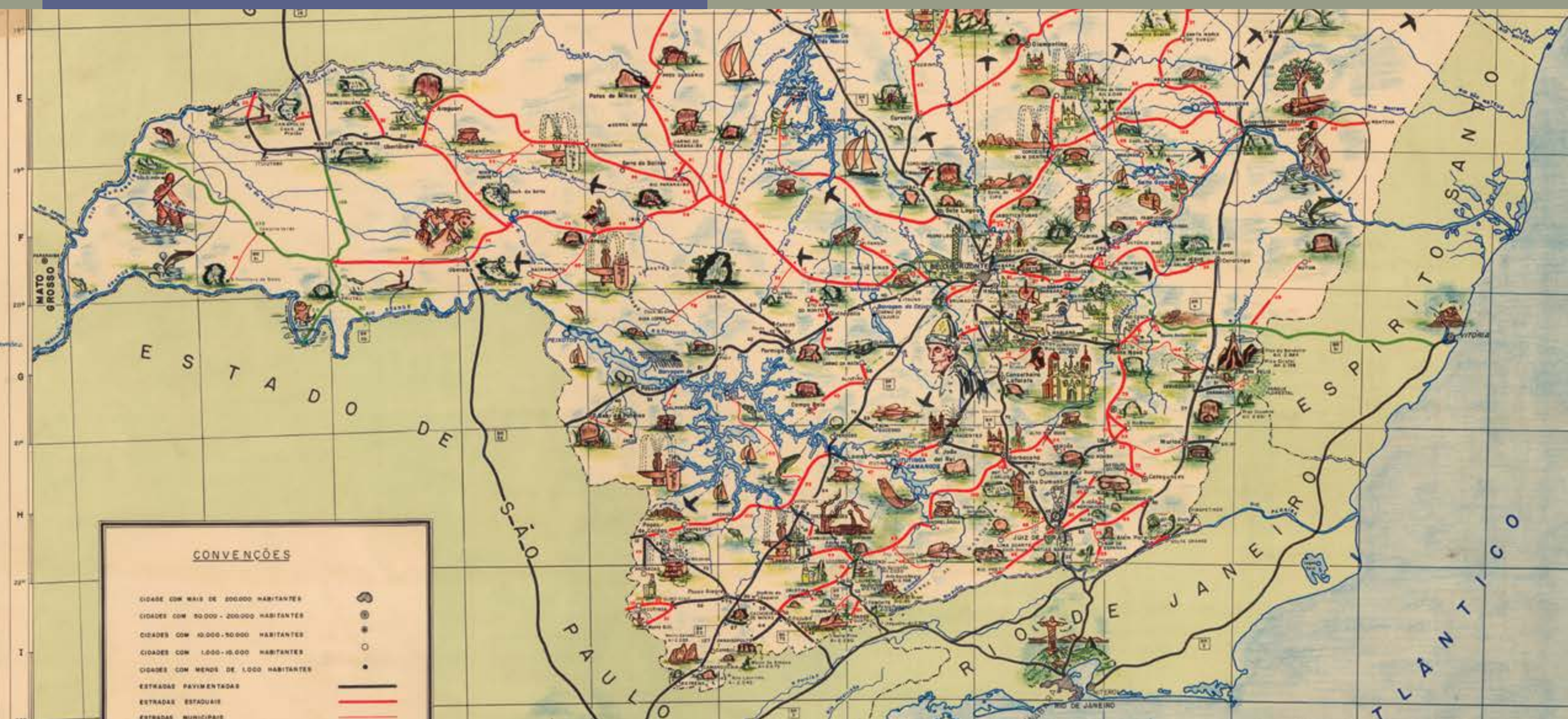




Claudia Damasceno
Fonseca

Uma peripécia cartográfica

O *Mapa Turístico do Estado de Minas Gerais* existente no APM, ao revelar, ainda que de modo incompleto, informações sobre os principais sítios turísticos mineiros, fornece pistas para analisar as estratégias oficiais de implementação dessa atividade no Estado a partir da segunda metade do século XX.



> O mapa e seu contexto

O *Mapa Turístico do Estado de Minas Gerais* que ora nos ocupa não está datado, mas uma referência ao mandato do governador Magalhães Pinto junto ao título fornece uma indicação da época de sua publicação: entre 1961 e 1966. Até onde pudemos apurar, trata-se do primeiro mapa temático relativo ao turismo de Minas Gerais publicado com o aval do governo do Estado. Se confirmada, essa informação deve surpreender aqueles que sabem que, desde os anos 1920 – ou mesmo antes –, a atividade turística já tinha alguma relevância na economia mineira. Inicialmente voltadas essencialmente para o turismo terapêutico, nas estâncias hidrominerais, a partir dos anos 1950 as políticas públicas haviam começado a contemplar também as “cidades históricas” ou do “Ciclo do Ouro”.¹

As primeiras estâncias hidrominerais haviam surgido no final do século XIX e, com o passar dos anos, a crença no valor terapêutico das águas mineiras encontradas em Poços de Caldas, Caxambu, Cambuquira, São Lourenço e Araxá (entre outras) passou a atrair visitantes de outras cidades e Estados. No início do século XX, as ferrovias existentes e a rede rodoviária em expansão facilitavam a afluência dos turistas e de pacientes, o que se refletia de imediato nas economias locais. Durante a Primeira República, o governo estadual “investiu em melhorias para estas localidades, como saneamento básico e infraestrutura de apoio, podendo ser considerada uma das primeiras ações do Estado em prol da atividade turística de Minas Gerais”.² Todavia, não eram só as águas que encantavam os visitantes, mas também as noitadas nos cassinos. A proibição dos jogos de azar, em 1946, prejudicou seriamente esse setor turístico; além disso, com a evolução da medicina no período pós-guerra, passou-se a questionar a eficácia das terapias naturais. Tais fatores provocaram o declínio

da frequência às estâncias e balneários hidrominerais, tendência que os sucessivos governos estaduais tentariam debelar.

Em meados do século XX, a atenção dos turistas e do poder público começa a se voltar também para as cidades históricas de Minas. Nos anos 1920, diversos intelectuais e artistas participantes do movimento modernista – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, bem como o escritor suíço Blaise Cendrars – haviam “redescoberto” o importante acervo arquitetônico e artístico da época colonial em Minas Gerais. No final da década seguinte, criava-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal responsável pelos primeiros inventários e tombamentos de exemplares da arquitetura civil e religiosa, bem como de bens móveis. Escritores e eruditos locais diretamente associados a essa primeira fase do Iphan, como o poeta Manuel Bandeira e o jurista mineiro Salomão de Vasconcellos, perceberam o grande potencial turístico da região e publicaram, já nos anos 1930 e 1940, os primeiros guias turísticos de Ouro Preto e Mariana.³ Nas décadas seguintes, a escritora Lúcia Machado de Almeida lançaria os seus, dedicados a Sabará e Diamantina.⁴

Durante os anos 1950, Juscelino Kubitschek, enquanto governador do Estado e, em seguida, como presidente da República, apoiou fortemente as medidas de preservação das cidades coloniais de Minas e procurou também redinamizar o turismo das “cidades das águas”. Em 1956, foi implantado o Serviço de Estâncias Hidrominerais, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Em 1960, tal serviço foi substituído pela empresa estatal Águas Minererais do Estado de Minas Gerais S/A (Hidrominas), criada para “explorar e industrializar os recursos hidrominerais, fomentar e desenvolver o turismo, produzir e distribuir as águas mineiras, administrar a rede de hotéis do Estado, parques,

grutas, balneários e estâncias”.⁵ No decorrer dessa década, as políticas de desenvolvimento turístico do Estado acompanhariam as diretrizes estabelecidas pelo governo federal. Foi o caso da criação do Conselho Estadual de Turismo e do Departamento de Turismo, ambos subordinados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Graças a estímulos fiscais propiciados por essas estruturas, surgiram novas unidades hoteleiras em Mariana, Congonhas, Cordisburgo, Nova Lima e Sabará.⁶

É curioso notar que nenhum desses serviços e conselhos estaduais ligados ao turismo é mencionado no título ou na legenda do mapa, que indica somente um nome: “Juracei Barros Gomes, Diretor do Departamento Estadual de Informações”. O mapa também não faz nenhuma referência à infraestrutura turística (hotéis, pensões, restaurantes etc.) de Minas Gerais, mas inclui um quadro que situa – por meio das indicações das quadrículas formadas pelos meridianos e paralelos –, para cada uma das 167 localidades listadas, os locais de interesse turístico: fontes minerais (47), picos mais altos (16), grutas (195) e lapas (55), barragens (11), quedas d’água (18) e rios piscosos (23). Observa-se que os itens que contêm mais informações são as grutas e lapas, enquanto o número de cachoeiras listadas parece extremamente pequeno – fato curioso, pois sabe-se que elas são bem mais numerosas, e que os banhos de cachoeira há muito constituem uma verdadeira mania dos mineiros, principalmente do público jovem. Outro aspecto que chama a atenção no quadro é a pobreza dos dados classificados como “Referências Históricas”. De fato, somente 24 localidades mereceram informações dessa natureza, que se destacam pelo laconismo e pela superficialidade. Alguns exemplos: Passos (Congonhas), Museu (Diamantina), Seminário (Santa Bárbara-Caraça), Igrejas (Mariana), Terra de Santos Dumont (Santos Dumont), Batalha Final da Revolução Liberal de 1842 (Santa Luzia), Reunião dos Inconfidentes

(Tiradentes), Guerra [dos] Emboabas (Caeté), Igrejas e obras de Aleijadinho (Barão de Cocais).

A legenda do mapa também é bastante sucinta. A maior parte dos seus signos convencionais indica os patamares demográficos das cidades, que, no seu conjunto, variavam de “menos de 1.000 habitantes” a “mais de 200.000 habitantes”. As informações potencialmente mais úteis aos turistas são dadas pelos símbolos lineares, referentes aos sistemas de transporte: linhas aéreas, rios navegáveis e, evidentemente, os diferentes tipos de estradas de rodagem de Minas Gerais – estradas pavimentadas, rodovias municipais, estaduais e federais. Não podemos avaliar o nível de completude do mapa no que diz respeito à malha rodoviária, mas aparentemente há trechos de estradas existentes em 1960 que não foram representados – talvez por falta de espaço, tendo em vista o tamanho e o tipo de símbolos utilizados para assinalar os locais turísticos (voltaremos a esse assunto). No entanto, um detalhe permite inferir uma data mais precisa para a execução do mapa. A rodovia federal que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte – e principal estrada de acesso às cidades históricas de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João del-Rei – ainda é identificada pela sua denominação antiga: a tristemente célebre BR-3, cuja designação, em 1964, foi mudada para BR-040.

O visto e o imaginado

Ao analisarmos um documento cartográfico, não devemos nos interessar somente pelos elementos que estão representados: é importante identificar e entender a ausência de certas informações. O leitor menos familiarizado com a história mineira talvez estranhe a falta de qualquer referência à famosa Estrada Real – o célebre Caminho do Ouro que ligava Minas ao porto de Parati. A resposta, de natureza

histórica e política, é que essa estrada é uma “invenção” recente. Somente nos anos 1990 o poder público começou a induzir a formação dos chamados “circuitos turísticos” em Minas Gerais, definidos como “um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável”⁷. Não se pode negar que existem pontos de convergência entre os caminhos do ouro de Minas, que eram múltiplos, e o itinerário único da Estrada Real que vemos nos mapas atuais (alguns deles, não por acaso, desenhados à moda antiga, como se fossem documentos do período colonial). Contudo, também é fato que o conceito de Estrada Real não tem grandes compromissos com a verdade histórica. Em prol do *marketing* turístico e de prioridades financeiras, a história pode ser reconstruída e remanejada, de acordo com os desejos e interesses econômicos do presente – os quais, atualmente, são definidos essencialmente pelo instituto criado *ad hoc* pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). A criação desse circuito se revelou também um potente estímulo para a invenção, pelos atores locais, de diversas outras “tradições” históricas – como festas e procissões comemorativas de fatos do passado colonial –, destinadas a atrair visitantes para as localidades já inseridas na Estrada Real, ou para as que almejam a cobiçada labelização.

Outra ausência é mais surpreendente: não há referência alguma à rede ferroviária mineira. Ora, mapas turísticos bem mais recentes não deixam de indicar essas linhas, mesmo se elas hoje servem apenas ao transporte de carga. Essa ausência é tanto mais curiosa quando se sabe que no início dos anos 1960 ainda se viajava de trem em Minas: não só a população mais pobre, que transitava nomeadamente pelo “Trem do Sertão”, entre a capital e a região norte do Estado, mas também famílias abastadas

de Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora, que muitas vezes preferiam o confortável Vera Cruz para suas viagens ao Rio de Janeiro. Não nos esqueçamos, tampouco, das rápidas excursões de fim de semana que os belo-horizontinos costumavam fazer a Sabará, também de trem. É que o mapa refletia o projeto de sucateamento do transporte ferroviário no Brasil, em Minas de modo particular. Já iniciado na época de sua confecção, o processo de supressão das linhas consideradas deficitárias foi intensificado nos anos seguintes. O incremento da mineração e da siderurgia, os maiores investimentos nas rodovias e na indústria automobilística expulsaram gradativamente os passageiros para o transporte rodoviário, enquanto as linhas férreas eram desmanteladas ou transformadas em ferrodutos.

Um exame mais acurado do documento indica, aliás, que não se trata de um mapa exclusivamente “turístico”. Note-se, em primeiro lugar, toda uma série de desenhos que remetem a artefatos e ícones da modernização de Minas e do Brasil. Fora das fronteiras mineiras, vemos imagens de uma cidade de Goiânia já bastante verticalizada e, naturalmente, da recém-inaugurada Brasília. No interior de Minas, além de fontes de águas minerais, igrejas coloniais, profetas, grutas e venturosos pescadores, destacam-se os símbolos do progresso mineiro nos setores da indústria, minas e energia. Um exemplo são os desenhos de cadinhos contendo ferro-gusa, que simbolizam a grande expansão dos altos-fornos a carvão vegetal pelo território mineiro nos anos 1960. Ao lado de unidades siderúrgicas já antigas, como as Barão de Cocais, João Monlevade e Caeté, figuram no mapa referências às usinas recém-criadas no Vale do Aço (Usiminas, inaugurada em Ipatinga em 1962). O Mapa Turístico também ostenta orgulhosamente as imagens das usinas hidrelétricas de Paulo Afonso (rio São Francisco, que iniciou seu funcionamento em 1954), de Três Marias (rio São Francisco, 1962) e de

Furnas (rio Grande, 1963, a maior usina do Brasil na época de sua construção).

Nessa década, firmou-se a ideia de que era necessário industrializar e modernizar o Estado em ritmo acelerado, o que poderia ter sido fatal ao patrimônio arquitetônico e ao turismo das cidades históricas. De fato, esse foi um período em que vários núcleos urbanos mineiros sofreram com o aumento demográfico e com problemas ambientais gerados pelo primeiro *boom* da extração do minério de ferro e da siderurgia. Também nessa época ocorreram inúmeras destruições e descaracterizações de edifícios. Entretanto, em alguns casos, tratava-se de uma consequência da própria difusão do gosto pelo colonial. Enquanto painéis de azulejos e decorações em pedrasabão alusivos ao barroco mineiro ornavam edifícios residenciais modernos e elegantes, erguidos nas áreas tradicionais de Belo Horizonte, surgia um mercado consumidor para peças de demolição de igrejas e sobrados antigos, destinadas às casas “coloniosas” construídas nos novos bairros de elite. Também crescia a prática do turismo cultural entre a classe média e alta mineira, fazendo aumentar o número de leitores dos guias das cidades históricas, que foram então reeditados. Nesse período deve também ter surgido uma procura maior por mapas turísticos, que por vezes eram incluídos nos próprios guias.⁸

Eis, em suma, o contexto cultural, econômico e político da época da criação do aludido mapa. No entanto, restam muitas perguntas. Será que ele chegou a circular e a ser utilizado verdadeiramente pelos turistas? Ou se destinava somente a “decorar” as repartições públicas – e, eventualmente, a “bajular” o governador? Se a resposta à primeira pergunta for afirmativa, será que a tipologia e as características desse documento cartográfico permitiram que ele cumprisse sua missão, enquanto instrumento de transmissão de informações geográficas e históricas sobre Minas Gerais?

Tipologia e eficácia cartográfica

De um certo ponto de vista, esse documento pode ser classificado na categoria dos mapas pictóricos ou mapas ilustrados. A principal característica dessa tipologia cartográfica reside no seu estilo mais artístico do que técnico, principalmente no que diz respeito aos sinais gráficos utilizados, de aspecto bem menos convencional do que o que vemos nos mapas topográficos ou rodoviários. Como no documento em questão, o mapa pictórico pode consistir em uma planimetria em pequena escala (neste caso, 1/ 1 450 000), preenchida por uma diversidade de símbolos lineares e pontuais que assinalam a localização e a feição de vilas e cidades, de monumentos e fortificações, de lugares santos, assim como acontecimentos históricos, elementos da fauna e da flora e produções locais.

Outro tipo de mapa pictórico, por vezes associado às representações planimétricas, são as cartas panorâmicas tridimensionais, ou à *vue d’oiseau*. Desenvolvidas principalmente a partir do Renascimento e difundidas graças à invenção das técnicas de impressão, trata-se de representações em maior escala, que permitem a visualização de pormenores de um porto, de um bairro ou de uma cidade. Inicialmente reservado aos governantes, nobres e membros da alta burguesia, esse tipo de imagem se difundiu progressivamente por todo o mundo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, com a popularização das práticas do turismo e das viagens.⁹

Tanto numa tipologia como na outra, é evidente que o valor artístico de cada documento depende do talento (de desenhista e de colorista) dos seus autores. Ora, quando comparamos o *Mapa Turístico de Minas Gerais* com mapas pictóricos antigos, ou mesmo com mapas temáticos mais recentes, o primeiro aspecto que chama a atenção é a qualidade gráfica duvidosa

dos símbolos utilizados para assinalar, no primeiro, os locais de interesse. O autor¹⁰ pretendia, sem dúvida, representar de maneira realista os elementos arquitetônicos – igrejas, esculturas, fontes – e os sítios naturais – grutas, montanhas, zonas pesqueiras. No entanto, o resultado se aproxima mais do desenho infantil ou do cartum, e em alguns casos torna-se mesmo difícil identificar o significado de certas imagens. A diferença de tamanho de alguns símbolos – igrejas, profeta, certas grutas – talvez indique uma hierarquia de valor, mas isso não é explicitado. Note-se, por fim, que esses signos pontuais não figuram na legenda.

É importante observar que a utilização de tais representações “realistas” de sítios e artefatos de interesse turístico é em tudo oposta ao que estava sendo preconizado, durante os anos 1950 e 1960, pelos pioneiros da *Semiologie Graphique* na Europa, e do *Cognitif Map Design* nos EUA. Nesse período, geógrafos e cartógrafos como Jacques Bertin e A. H. Robinson procuravam estabelecer regras para o “bom uso dos sinais gráficos” em cartografia.¹¹ O objetivo principal era aumentar a clareza e a legibilidade dos mapas, melhorando assim a sua eficácia visual. Os símbolos deveriam ser estilizados – formas geométricas simples ou pictogramas – e seu tamanho, bem como sua cor, textura e orientação, concebidos de maneira a permitir uma interpretação imediata e sem ambiguidade pelos usuários. Esse é o caso de outro mapa turístico do acervo do Arquivo Público Mineiro, produzido durante o segundo mandato de Hélio Garcia no governo do Estado (1991-1994). Executado numa escala semelhante à do primeiro mapa (1/1 500 000) e preenchido por pictogramas bem distintos e claramente identificados na legenda, esse documento obedece de maneira bem mais rigorosa às regras convencionais da cartografia temática moderna e aos princípios de exatidão e legibilidade da Semiologia Gráfica.

Seria, no entanto, errôneo pensar que a modernidade na cartografia corresponde a um distanciamento crescente e definitivo da arte e da representação figurada. Atualmente assistimos a uma espécie de “evolução à contracorrente”, que rompe com a abstração e a “desiconização” que marcaram a cartografia nas últimas décadas. Graças às tecnologias digitais atuais, oscila-se constantemente entre abstração e concretude, e as fronteiras entre inferência científica e o simbolismo/mimetismo artístico tendem a se tornar cada vez mais permeáveis.¹² A associação dos sistemas de informação geográfica (SIG) a novas técnicas de representação em 3D torna a cartografia científica sempre mais compatível com a visualização de edifícios e de panoramas à *vol d’oiseau*. Os novos suportes e técnicas – cartografia web, cartas animadas – também possibilitam introduzir a anamorfose (cartogramas sobre população, sobre receitas do turismo etc.), a diacronia (evolução de paisagens históricas) e mesmo narrativas sonoras. Eis um programa estimulante para a realização de uma cartografia turística digital e dinâmica de Minas Gerais, capaz de incluir tanto a precisão geométrica necessária ao conhecimento das distâncias, quanto a integridade das informações sobre infraestruturas, sítios de interesse e mesmo tradições históricas – verdadeiras ou inventadas.

RESUMO | O acervo cartográfico do Arquivo Público Mineiro conserva um *Mapa Turístico* produzido nos anos 1960. O presente texto analisa e contextualiza esse documento, revelando sua potencialidade para vários campos do conhecimento histórico: do nascimento do turismo à evolução das representações cartográficas, dos embates políticos à recuperação ou invenção de tradições regionais, entre outras perspectivas, são vislumbradas na leitura desse mapa.

ABSTRACT | The cartographic collection of the Public Archives of Minas Gerais contains a Touristic Map produced during the 1960's. This text analyzes and contextualized this document, revealing its potential for various fields of historical knowledge. Among other perspectives, the birth of tourism to the evolution of cartographic representations; political disputes to the recuperation and invention of regional traditions are clarified by a reading of this map.

Notas |

1. BOLSON, Jaísa; PIRES, Fabiana; BAHIA, Eduardo. Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil – 1930/ 2004: estudo de caso Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 6., Curitiba, novembro 2004. *Anais...* Curitiba: Etur, 2004. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6792>>. Acesso em: 2 jul. 2014. A Biblioteca Nacional conserva exemplares do *Guia do viajante: Rio, S. Paulo e Minas*, periódico que circulou em 1911. Cabe também lembrar que, no início da década de 1960, a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur) estimulou a elaboração de mapas turísticos do Brasil. Em 28 de março de 1962, o jornal *O Reporter*, de Uberlândia, noticia que o mapa turístico abordado neste artigo estava sendo elaborado na Imprensa Oficial, sob supervisão do Departamento Estadual de Informações. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

2. BOLSON; PIRES; BAHIA. Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil.

3. BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Iphan, 1938. VASCONCELOS, Salomão de. *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938. VASCONCELOS, Salomão de. *Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947. Essas primeiras edições encontram-se disponíveis na biblioteca do Arquivo Público Mineiro.

4. ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Sabará*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952. Cf. também: ALMEIDA, Lúcia Machado de. *Passeio a Diamantina*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

5. Decreto nº 6.090, de 29 de dezembro de 1960, citado em: BOLSON; PIRES; BAHIA. Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil.

6. BOLSON; PIRES; BAHIA. Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil.

7. BOLSON; PIRES; BAHIA. Histórico e análise das políticas públicas de turismo no Brasil.

8. Na popularização dos guias e mapas turísticos, cabe destacar a *Revista 4 Rodas*, que começa a circular em 1960. Disponível em: <<http://quatorrodas.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 26 jul. 2014

9. AKERMAN, J. (Ed.). *Cartographies of travel and navigation*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

10. Na margem inferior do desenho lê-se: “Desenho Joacyr Alves”. O autor indica seu número de telefone em Belo Horizonte, o que nos faz supor que se tratava de um desenhista-copista autônomo, e não de um funcionário público.

11. ROBINSON, A. H. *The Look of Maps: An Examination of Cartographic Design*. Madison, Wis., University of Wisconsin Press, 1952; BERTIN, Jean. Recherche graphique. In: LAUWE, P.-H. Chombart de *et al. Paris et l'agglomération parisienne*. Paris, PUF, 1952. tome 1: *L'espace social dans une grande cité*, p. 12-37.

12. MALEVAL, Véronique; GRABAUDÉ, Florent. Artialisation et organicisme cartographiques de la Renaissance à nos jours. *Géographie poétique et cartographie littéraire*, Limoges, PULIM, p. 107-128, 2012.

Cláudia Damasceno Fonseca é graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua tese de doutorado em História, defendida em 2001 na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (EHESS), foi publicada pela Editora UFMG em 2011, com o título *Arraiais e vilas d'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Atualmente é professora e pesquisadora na EHESS, onde codirige o Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain. E-mail: claudia.damasceno@ehess.fr

Folha de rosto

Primeira página do tomo I da Lei n. 1, de 9 de março de 1835. Minas Gerais. Assembleia Legislativa Provincial. Arquivo Público Mineiro, Coleção Leis Mineiras. Belo Horizonte/MG.

Expediente

Integrantes do Centro Conservador de Juiz de Fora, 1860. Da direita para a esquerda: Ricardo José de Araújo, presidente; dr. Veríssimo, procurador; Mariano Procópio, vice-presidente; Major Bernardes, tesoureiro; dr. Penido, secretário. Autor desconhecido. Arquivo Público Mineiro, Fundo Arthur da Silva Bernardes, AB-05-1-063. Belo Horizonte/MG.

Sumário

Índice da *Constituição Política do Império do Brasil* (1824), 3ª edição. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1829. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG.

Editorial

Detalhe da folha de rosto da *Constituição Política do Império do Brasil* (1824), 3ª edição. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1829. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG.

Páginas 18 e 19 – 86 e 87

Ofício da Secretaria da Assembleia Legislativa Provincial para o secretário de Governo da Província de Minas Gerais solicitando tabela das distâncias das sedes dos municípios servidos pelas estradas de ferro. Arquivo Público Mineiro, Fundo Presidência da Província, Série Correspondência Recebida, Subsérie Assembleia Provincial, PP 1/31, cx. 02, doc. 48, 24/07/1888. Belo Horizonte/MG.

Páginas 24 e 25

Capa do Livro de Atas da Câmara Municipal 1830-1831. Arquivo Público Mineiro, Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto, CMOP-244. Belo Horizonte/MG.

Páginas 34 e 35

Livro de Registro das atas do Conselho Geral da Província. Ouro Preto, 1828 - 1830 Fundo Conselho Geral da Província. Série Documentação Interna – Subsérie Atas. CGP-01. Arquivo Público Mineiro.

Páginas 52 e 53

Anais da Assembleia Provincial de Minas Gerais, primeiro ano da terceira legislatura, sessão de 1840. Ouro Preto: Typographia do Echo de Minas, 1873. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG.

Páginas 68 e 69

Livro de Registro das atas do Conselho Geral da Província. Ouro Preto, 1828-1830. Arquivo Público Mineiro, Fundo Conselho Geral da Província, Série Documentação Interna, Subsérie Atas, CGP-01. Belo Horizonte/MG.

Páginas 88 e 89

Detalhe do jornal *O Liberal de Minas* com anúncio de escravo fugido. Ouro Preto, 3 de julho de 1868, ano 1, p. 3. Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Belo Horizonte/MG.

Páginas 92 e 93

Libelo em que é parte o alferes Antônio de Castro Veloso contra Luiza parda. Mariana, 1782. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana/lphan, 2º Ofício, Ações Cíveis, códice 318, auto 7593. Libelo do autor, fls. 4v.-5. Mariana/MG

Páginas 104 e 105

Radiograma de Virgílio de Melo Franco para o presidente do Estado sobre o movimento revolucionário e a marcha para o Sul, 3 de outubro de 1930. Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior, Série Revolução de 1930, Movimentos e Correntes políticas, Subsérie Comando Geral das Forças Revolucionárias – Relatórios Militares, SI 6/1, cx. 01, pc 22, doc. 02. Belo Horizonte/MG.

Páginas 118 e 119

Tela do site www.siaapm.cultura.mg.gov.br - Módulo de Gestão Documental do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM).

Páginas 136 e 137

Mapa turístico do Estado de Minas Gerais – [1961-1966]. Arquivo Público Mineiro, APM – 026. Belo Horizonte/MG.

Agradecimentos

Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, Belo Horizonte/MG.

A **RAPM** agradece a todas as instituições que autorizaram, gentilmente, a reprodução das imagens deste número. Envidaram-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos de *copyright* de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, em forma de errata, nos volumes futuros desta revista.

O conteúdo dos artigos e ensaios publicados na **RAPM** é de inteira responsabilidade dos autores.

